

## Economia

seu artigo

Este ano, os juros da dívida interna ficarão com 64% da arrecadação federal. De onde Collor vai tirar dinheiro para cumprir suas promessas de campanha?

# Juros comem quase todo o dinheiro dos impostos

**TELMO WAMBIER**

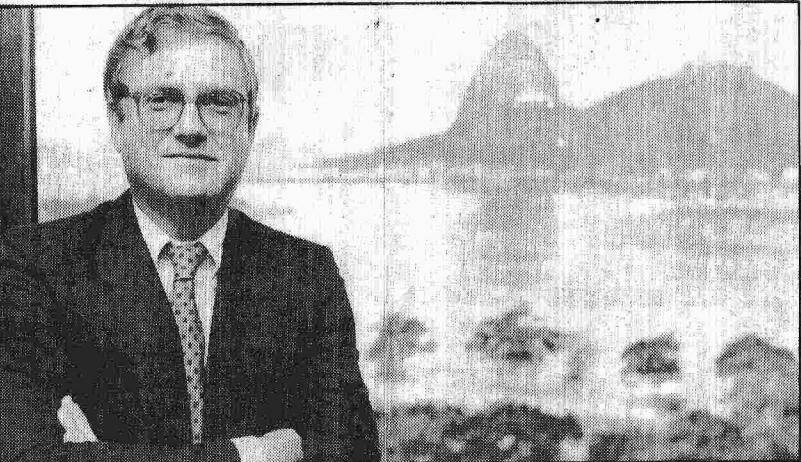
Dos 83,6 bilhões de dólares que o Brasil deve arrecadar de impostos este ano, cerca de 64%, ou 53,8 bilhões, serão gastos no pagamento dos juros da dívida interna. O restante, 29,8 bilhões, ou aproximadamente 36% do orçamento fiscal, é tudo o que sobra para custear as demais despesas públicas. Desde uma agulha que se use numa creche mantida pelo governo até o salário do funcionalismo, o socorro financeiro a uma empresa estatal em dificuldades, ou qualquer investimento para manutenção dos serviços públicos. Como o que sobra do pagamento da dívida não chega para pagar as despesas, o governo se endividará mais, a cada ano.

Apesar do quadro difícil que se desenha neste final de administração da Nova República, o tributarista Rubens Branco, sócio-diretor de uma das mais conceituadas empresas de consultoria e auditoria, a Arthur Andersen, mantém a esperança. Ele acredita que o novo governo conseguirá tirar o País da crise e que Fernando

Collor de Mello poderá, com imaginação e competência, cumprir, da quebra, uma das suas mais ambiciosas promessas de campanha: gerar um adicional de 94,2 bilhões de dólares, em cinco anos, para aplicar na área social, dos quais a maior parte (45 bilhões) a partir de uma reforma fiscal.

Mas ao contrário do que se possa imaginar à primeira vista, esse aumento fabuloso de arrecadação pretendido pelo presidente eleito se daria menos inspirado no perfil samurai e moralizante do "caçador de marajás" e mais na face surpreendentemente conciliatória que ele revela após a refrega da campanha. Segundo o tributarista, se Collor resolver, acima do bem e do mal, cobrar sem tréguas a todo e qualquer devedor do fisco, "quebrará a economia nacional".

Para Rubens Branco, "não será impossível obter-se esses 45 bilhões de dólares extras com uma reforma fiscal, no Brasil de hoje, mas se o caminho escolhido for o do aumento de impostos", como tem defendido ultimamente uma corrente de economistas, o máxi-



Branco, da Arthur Andersen: confiança no novo presidente.

ma de subsídios e incentivos concedidos pelo governo, Collor poderá aumentar o orçamento fiscal em até mais do que pretende, ao longo dos cinco anos que tem pela frente.

Rubens Branco calcula que os incentivos fiscais, ou "a renúncia fiscal", somam, hoje, cerca de 4% de um PIB calculado em US\$ 380 bilhões. Isto é, deixa-se de arrecadar, com eles, cerca de 15,2 bilhões de dólares, incluindo-se aí os subsídios à exportação.

Uma reforma fiscal, segundo ele, passa, também, pela privatização de empresas estatais ineficientes — já que o déficit público é financiado pelo orçamento fiscal —, por um enxugamento da máquina administrativa e, antes de tudo, por uma renegociação da dívida interna, já que, pelos seus cálculos, ela consome 64% da arrecadação, se somada aos compromissos dos Estados e municípios.

O tributarista imagina que com uma reforma fiscal que conte, entre outras coisas, uma redução de impostos, a modernização do aparelho fiscalizador, uma moratória (não uma anistia) negociada com os devedores e uma revisão do privilegiado sistema

### Os números da reforma fiscal

	US\$ Bilhões	% do PIB
PIB*	380	
Receita Tributária Nacional (União, Estados e Municípios)	83,6	22
Receita Tributária Federal	41,8	11
Sonegação Fiscal	114,0	30
Subsídios e Incentivos Fiscais	15,2	4
Incentivos para Exportações	3,8	1
Arrecadação utilizada para cobrir gastos da Dívida	53,5	14,1
Receita a ser gerada pela reforma fiscal de Collor	45	11,8
Receita Tributária federal prevista por Collor para 1994	86,88	22,8

\* Estimativa para 1989